Estudo brasileiro com terapia CAR-T elimina todo o câncer em 72% dos pacientes

Por Jornal | **12/12/2025**

Um estudo conduzido pelo Hospital Israelita Albert Einstein apresentou resultados considerados históricos para a ciência brasileira. A primeira terapia de **CAR-T totalmente desenvolvida, produzida e aplicada no país** levou à remissão completa do câncer em **72% dos pacientes** tratados. No total, **81% responderam positivamente** ao procedimento.

Os dados, publicados na revista *Blood*, envolvem 11 pacientes com cânceres hematológicos avançados que já não respondiam a outros tratamentos. O estudo foi realizado entre 2023 e 2024 em parceria com o Ministério da Saúde.

O hematologista **Nelson Hamerschlak**, líder da pesquisa, afirma que o resultado representa um divisor de águas: “É um marco histórico para a oncologia e a hematologia brasileiras. Mostramos que é possível fazer CAR-T com qualidade, segurança e eficácia, mesmo em um sistema com recursos limitados”.

Tecnologia nacional reduz custo e acelera tratamento

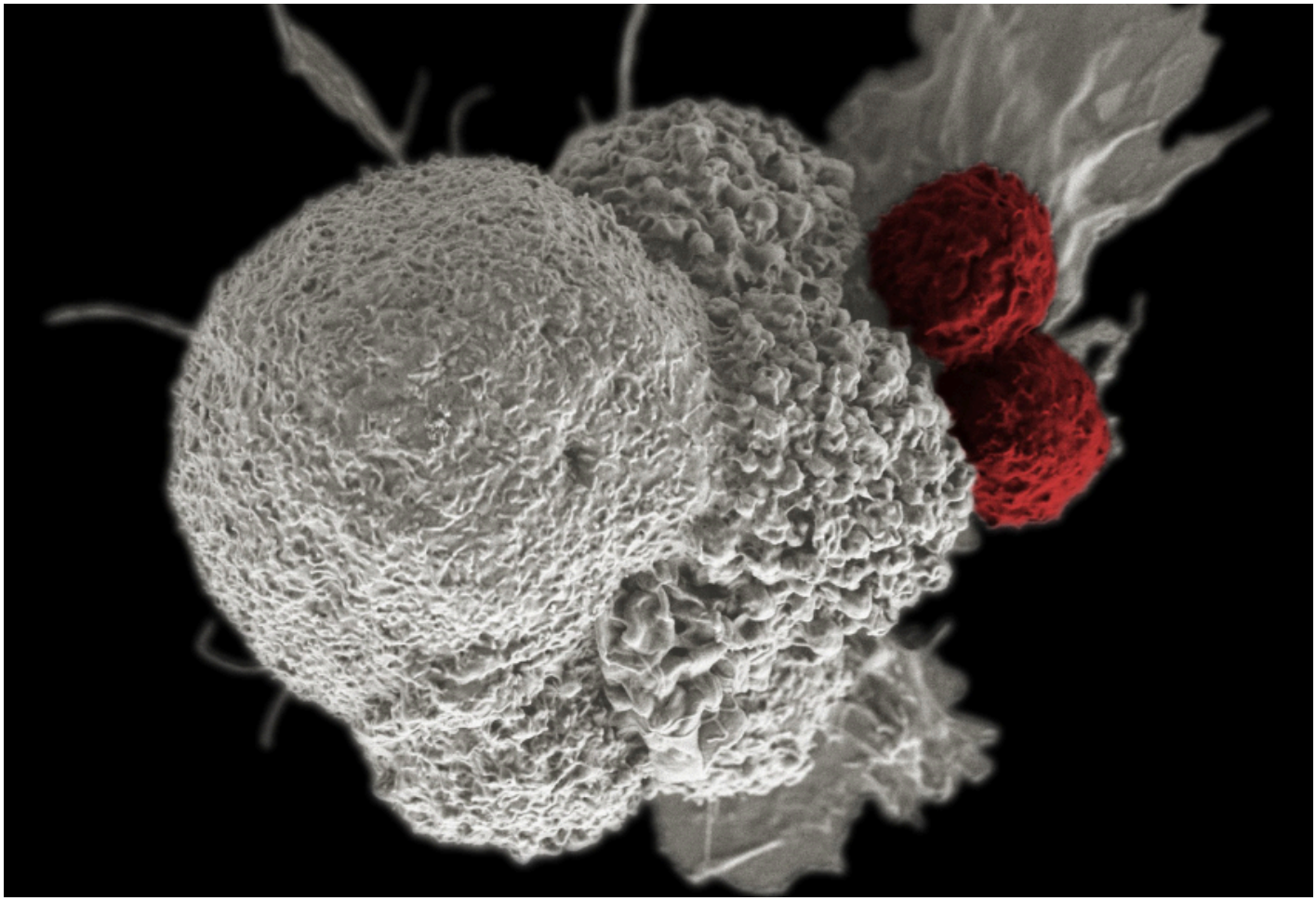
A terapia CAR-T, uma das mais avançadas do mundo, modifica células T do próprio paciente para que ataquem o câncer. No Brasil, o alto custo da versão importada — que pode ultrapassar R$ 2 milhões por paciente — sempre foi um grande obstáculo, além da logística que exige enviar o material para laboratórios nos EUA ou Europa.

Com a produção nacional, o intervalo entre coleta e infusão caiu para **22 dias**, cerca de metade do tempo usual no exterior. A taxa de sucesso na produção das células foi de **100%**. As células permaneceram ativas por até um ano, demonstrando estabilidade prolongada.

Os efeitos adversos observados, como febre, inflamação e episódios de confusão, foram compatíveis com o esperado para essa terapia e controlados pela equipe médica.

Acesso futuro e impacto no SUS

Para os pesquisadores, o sucesso do estudo abre caminho para ampliar o acesso à tecnologia no Brasil. Hamerschlak afirma que o verdadeiro legado é a formação de uma **rede nacional de terapia celular**, conectando instituições como Butantan, USP-Ribeirão, Fiocruz/INCA e UFC.

O Ministério da Saúde, no entanto, afirma que **ainda não há previsão de incorporação ao SUS**. Para isso, a terapia precisa primeiro obter registro na Anvisa e depois passar por análise de custo-efetividade na Conitec.

O projeto recebeu **R$ 31,9 milhões** do Ministério da Saúde — um investimento incomum para terapias avançadas em fase inicial. A fase II do programa está prevista para ocorrer entre 2026 e 2027.